



Projeto de Educação Ambiental do Campo de Polvo/ PEA-CP

Observatórios e Comunicação Popular



**EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO LICENCIAMENTO:
Observatórios e Comunicação Popular**

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS
NATURAIS RENOVÁVEIS – IBAMA
PETRORIO S.A
AMBIENTAL ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA

SUMÁRIO

▶ INICIANDO A CONVERSA	4
▶ RETOMANDO AS APOSTILAS ANTERIORES.....	6
▶ OBSERVATÓRIOS: O QUE SÃO?.....	11
• OBSERVATÓRIOS: EXEMPLIFICANDO.....	13
▶ COMUNICAÇÃO POPULAR: O SUJEITO DA HISTÓRIA.....	21

INICIANDO A CONVERSA

Estamos chegando à terceira apostila do PEA Observação, material que tem servido para os estudos de seus integrantes, e também ajudado técnicos e participantes de outros projetos e programas de educação ambiental no licenciamento pelo Brasil.

Diante da boa aceitação dos textos e questões abordadas, manteremos a mesma forma de organização e de apresentação dos conteúdos utilizada nas duas apostilas anteriores, destacando, dessa vez, duas temáticas de grande importância na atual fase do projeto: *observatórios* (o que são, como surgiram, como atuam, tipos e exemplos) e *comunicação popular*.

Pela natureza do PEA Observação, que atua com diferentes sujeitos prioritários do processo educativo (pescadores, agricultores, quilombolas), ser observatório é o que dá unidade e identidade ao projeto. É muito importante se ter clareza desse aspecto! E o que é ser um observatório no contexto do licenciamento? Até onde este espaço pode ir? Qual é seu melhor formato para que funcione com os sujeitos prioritários do processo educativo? A reflexão permanente sobre essas e outras indagações é fundamental para a boa continuidade do projeto e suas ações educativas.

Após todo o caminho percorrido pelos integrantes dos observatórios ao longo dos anos, onde muito já se pensou sobre tais questões, chegamos a um momento decisivo para se aprofundar o conhecimento sobre o tema. Está na hora de se avançar! Esse movimento teórico-prático é, para uma ação pedagógica inspirada em Paulo Freire, a condição para a superação das dificuldades e limitações identificadas, em direção a uma fase 4 que permita a consolidação dos observatórios como espaço de organização e intervenção social dos sujeitos impactados pela indústria do petróleo.

Por outro lado, a prática de comunicação popular associada à educação ambiental tem se mostrado muito efetiva e um fator de mobilização e integração entre os envolvidos com os observatórios. Nos últimos anos, tem se verificado que essa feliz associação entre comunicação e educação tem gerado resultados positivos não só no PEA Observação, mas também em muitos projetos de educação ambiental que possuem abordagem pedagógica crítica e popular, tanto no licenciamento quanto em outros espaços da gestão ambiental.

Diante dessa constatação e por sua centralidade na fase 3, estamos no momento de ir adiante, aprofundando a reflexão e o conhecimento sobre o conceito de comunicação popular e sobre suas intencionalidades e possibilidades em uma condicionante de licença ambiental, aprimorando seu uso e potencializando as atividades dos observatórios.

Porém, antes de partirmos para esses conceitos, vamos recuperar rapidamente o que trabalhamos nas apostilas 1 e 2.

Aos integrantes dos observatórios, uma boa leitura! A união entre estudar constantemente e executar as atividades previstas é condição para uma prática consciente e uma ação educativa transformadora!!

RETOMANDO AS APOSTILAS ANTERIORES....

Na primeira apostila, começamos tratando do licenciamento. Tema difícil. Sem dúvida, um verdadeiro mistério para boa parte dos educadores ambientais que atuam dentro ou fora dos instrumentos da gestão ambiental pública. Mas com o tempo verificamos no PEA Observação que o “mistério” não é tão misterioso assim. Complexo, mas possível de ser compreendido e aceito como instrumento fundamental para a democracia na política ambiental brasileira.

Parte dessa dificuldade de entendimento sobre o licenciamento acontece por causa da distância histórica no Brasil entre os que atuam com organização social e educação (ambiental, popular, escolar etc.) e os que atuam na área de gestão ambiental pública. Parecem dois mundos separados.... A educação ambiental no licenciamento une esses dois mundos que antes não se falavam.

Como foi visto na apostila I, o licenciamento é instrumento de competência exclusiva do Estado, buscando garantir que todo empreendimento que implica em alteração do ambiente seja feito sob condições socialmente justas e com o menor impacto possível sobre os ecossistemas. Foi criado em 1981, com a Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA) e é, resumidamente, um conjunto de normas técnicas e administrativas que estabelecem obrigações e responsabilidades para o poder público e para os empreendedores no uso e exploração dos recursos naturais. Em seu artigo 10º, afirma que qualquer “*construção, instalação, ampliação e funcionamento de estabelecimentos e atividades utilizadores de recursos ambientais, efetiva ou potencialmente poluidores (...) dependerão de prévio licenciamento ambiental*”. Posteriormente à publicação da PNMA, as regras de funcionamento do licenciamento foram detalhadas e aprimoradas por meio basicamente de resoluções do Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA).

CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE - CONAMA

RESOLUÇÃO Nº 237, de 19 de dezembro de 1997

Art. 2º- A localização, construção, instalação, ampliação, modificação e operação de empreendimentos e atividades utilizadoras de recursos ambientais consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras, bem como os empreendimentos capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental, dependerão de prévio licenciamento do órgão ambiental competente, sem prejuízo de outras licenças legalmente exigíveis.

Hoje, dentre as condicionantes do licenciamento ambiental, ou seja, dentro do conjunto de projetos e programas exigidos como condição para se obter e renovar uma licença, tem-se a educação ambiental. As propostas educativas exigidas pelo Ibama por meio de **norma específica**, visam ao fortalecimento de grupos sociais vulneráveis e impactados por empreendimentos, buscando reverter a reprodução das desigualdades ambientais.

RECORDANDO...

A principal norma que orienta os projetos de educação ambiental no licenciamento de petróleo e gás é a nota técnica 01/2010 da CGPEG/IBAMA. Esta deve ser lida com muita atenção, ajudando no entendimento do que o Ibama solicita e de como funciona a relação entre as instituições participantes.

Para tanto, a educação ambiental crítica implementada é um instrumento para a potencialização da organização popular, das culturas e modos de vida dos grupos impactados e da participação destes na defesa de seus direitos e na construção de políticas públicas. Por isso, falamos na primeira apostila:

Resumidamente, podemos destacar três aspectos indispensáveis a todo e qualquer projeto de educação ambiental no licenciamento:

- a) Importância estratégica de se trabalhar com sujeitos pertencentes a grupos vulneráveis afetados pelos impactos da cadeia produtiva licenciada (no nosso caso, petróleo);*
- b) Abordagem pedagógica centrada nos impactos da cadeia produtiva licenciada e nos problemas e conflitos daí decorrentes, identificando quem é quem, quem gera o que e com quais interesses;*
- c) Projetos e ações voltados para a organização, mobilização, qualificação, intervenção social e fortalecimento de processos políticos, econômicos e culturais dos sujeitos prioritários do processo educativo (os grupos vulneráveis) como condição para sua autonomia e enfrentamento das desigualdades no acesso e uso da natureza e na garantia do ambiente como bem comum.*

Com a clareza desses pontos e com o trabalho realizado desde a publicação da primeira apostila em 2014, foi possível definir o conteúdo da apostila II, lançada em 2015, aprofundando a reflexão e a compreensão sobre:

- A centralidade pedagógica do conflito no tratamento dos temas de cada observatório – assunto escolhido diante das dificuldades em se entender o que é um conflito e sua função educativa no cumprimento dos objetivos de um projeto de educação ambiental.

- A importância estratégica de se incorporar a comunicação popular ao projeto – eixo principal da nova fase, uma vez que é um meio reconhecido de mobilizar coletivos, facilitar a problematização da realidade, divulgar informações, fortalecer culturas e identidades.

- Detalhamento conceitual e legal-normativo sobre os povos tradicionais – já que estes grupos estão inseridos não só no Observatório, mas em todos os PEAs realizados na Bacia de Campos, que trabalham fundamentalmente com pescadores artesanais, camponeses e quilombolas. Além disso, é um assunto relativamente novo para os Observatórios.

Mais um bom caminho percorrido. Muitas atividades feitas. Chegamos a um momento decisivo da Fase 3. Chegou o momento de aprofundarmos os conhecimentos sobre o que é ser e o que cabe a um observatório como os do PEA Observação e sobre a comunicação popular na sua articulação com a educação ambiental no licenciamento. Essa é a intenção da apostila III.



ATIVIDADE

Lembremos a seguir de alguns trechos marcantes do material. Reúna o observatório e juntos releiam esses trechos, refletindo sobre o conteúdo da apostila e o que é fundamental para o trabalho cotidiano dos observatórios.

- Sobre a função da educação e a centralidade dos conflitos no fazer pedagógico:

.... a educação, além de intencional e dialógica, é teórica, ao exigir que conhecimentos e conceitos sejam produzidos e socializados, e é prática. É prática, pois o que aprendemos e conhecemos serve em primeiro lugar para possibilitar que atendamos a uma necessidade que temos. Ora, mas não vivemos em uma sociedade igualitária, onde as necessidades podem ser atendidas livremente, logo, toda ação educativa deve ser direcionada intencionalmente para a construção da igualdade para que possamos satisfazer nossas necessidades sem opressão, discriminação e favorecimentos. [...]

Por isso, a pedagogia de Paulo Freire, adotada na educação ambiental no licenciamento, busca pela educação compreender e interferir em mudanças que possam contribuir para a transformação social. Neste sentido, quando o oprimido toma consciência da situação que o oprime, decorre daí uma ação com o objetivo de superar a situação opressora.

- Sobre a função e características dos observatórios do projeto:

Os observatórios do PEA Observação são diferentes da maioria dos observatórios no Brasil. São conduzidos para a produção de informações e conhecimentos a partir dos saberes locais e populares, em diálogo com outros conhecimentos e informações oficiais. Essa característica exige o uso de estratégias não necessariamente acadêmicas para a produção de informações no processo de monitoramento, que é de responsabilidade de cada Observatório. [...]

Os Observatórios podem, e devem ser espaços de articulação popular, emponderando o sujeito prioritário nas múltiplas ferramentas, como jornal mural, web-rádio, vídeo ou site. Para tanto, precisam entender que a relação Observatório-Comunidade precisa ser de proximidade, transparente e democrática, fomentando uma discussão ampla sobre os impactos da cadeia produtiva do petróleo. E esse movimento, afinado com as proposições de Paulo Freire, se dá com uma tomada de posicionamento que chamamos de CRÍTICA COLABORATIVA, em que se apontam os problemas e se pensa junto as soluções e propostas, uma participação ativa nas ações cotidianas.

- Sobre os povos tradicionais, complementando elementos já ditos na apostila I:

... a partir do detalhamento feito sobre alguns grupos tradicionais, poderíamos agora somar outras características, tais como: modos de vida diretamente ligados aos ciclos naturais; conhecimento próprio sobre a natureza e seus ciclos, sendo esses conhecimentos transferidos quase que exclusivamente de forma oral; moradia e ocupação do território por várias gerações, ainda que alguns indivíduos tenham se deslocado para centros urbanos; importância dada à unidade familiar, doméstica ou comunal e às relações de parentesco no exercício das atividades econômicas, sociais e culturais; importância das simbologias, mitos e rituais associados à caça, pesca, atividades extrativistas e pequena agricultura; e auto identificação. [...]

O conceito de povos tradicionais nesse contexto [do debate ambiental] ganhou força e passou a ser visto como um dos mais importantes para os recentes debates ambientais, pois se refere àqueles grupos que historicamente mostraram ter formas sustentáveis de uso da natureza, gerando atividades produtivas e culturais não destrutivas na constituição do território. Desse modo, ao serem muito vinculados aos seus territórios e aos ciclos naturais, e por serem organizados por uma lógica mais coletiva e comunal, os povos tradicionais são altamente afetados por qualquer mudança rápida no território em que vivem e à perda da qualidade ambiental, servindo como importantes sujeitos na defesa das causas ambientais.

OBSERVATÓRIOS: O QUE SÃO?

Desde a década de 1990, o termo *observatório* passou a estar presente nos discursos de vários agentes sociais (governos, academia, movimentos sociais, sindicatos, ONGs etc.) em todos os continentes. De lá para cá, criou-se observatórios de diversos tipos e nomes. Mas de um modo geral, estes tinham como ponto em comum o objetivo de

acompanhar de forma sistemática, ou seja, de monitorar, o funcionamento de um setor, política ou temática específica. Basta fazer um breve passeio pela internet e se encontrará observatório de: educação, saúde, políticas públicas, conflitos ambientais, racismo, imigração, tecnologia, meios de comunicação, cidadania, ambiente, gênero, entre muitos outros temas em uma lista quase infinita de possibilidades.

CURIOSIDADE

Por estarem associados à finalidade de observar, monitorar, acompanhar, não é raro encontrar como logomarca de um observatório a imagem de um olho ou olhos.



Mas os observatórios não começam aí...

Desde muito antes de virar algo difundido na sociedade, estes já existiam, só que com finalidade e característica bem conhecidas: observar os céus. São os famosos observatórios de **astronomia**.

ASTRONOMIA: é uma ciência natural que estuda corpos celestes (como estrelas, planetas, cometas, nebulosas, aglomerados de estrelas, galáxias) e fenômenos que se originam fora da atmosfera da Terra

Os primeiros observatórios astronômicos são do século XVIII, estando associados à consolidação das ciências modernas e ao uso disciplinado dos olhos, guiado pelo método científico e pelo desenvolvimento tecnológico, na observação do céu e do universo (até onde nossos instrumentos e tecnologia alcançam).

Poderíamos ir mais atrás no tempo e encontraremos civilizações como os maias, os incas, os fenícios entre outros que observavam os céus para se guiar na terra, rios e mares, e para entender as relações entre clima, estações do ano e ciclos planetários, auxiliando na agricultura.



Observatório Europeu do Sul – composto por vários países latino americanos e europeus no estudo astronômico.

Essa origem é tão forte em nosso imaginário que observatório é definido no Dicionário Houaiss (um dos mais respeitados no país) como:

1. *edifício equipado para observações astronômicas ou meteorológicas;*
2. *instituição que tem como objetivo realizar tais observações;*
3. *lugar de onde se observa qualquer coisa; mirante ou miradouro;*
4. *ato ou efeito de observar (-se); observação.*

Agora, atenção!

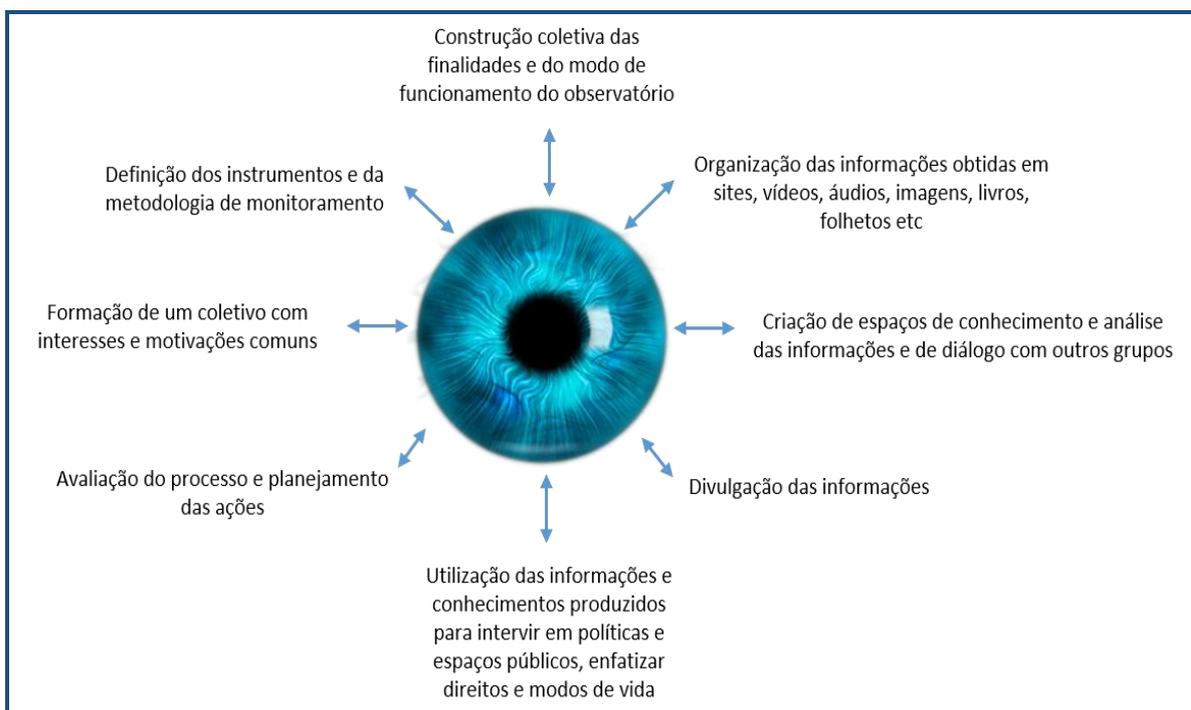
O termo “observatório” parece indicar uma atitude de contemplação. Ficar olhando, observando.... Isso não é verdadeiro. Repare, mesmo os observatórios mais antigos, antes dos astronômicos, observavam para poder viajar pelas terras e mares sem se perder e para plantar na época certa. Os observatórios astronômicos modernos, por sua vez, são fundamentais para descobertas que ajudam a entender a vida no planeta e para as viagens de foguetes e satélites espaciais. Logo, um observatório sempre acarreta uma característica de olhar, observar e monitorar e uma de agir a partir daquilo que foi observado e conhecido. Então, mesmo com a ampliação de seu significado nos anos de 1990, essa dupla função permanece: monitorar e intervir.

O que há de novo no cenário dos observatórios, então?

Indiscutivelmente é a pluralidade de temáticas a se monitorar pelos diversos observatórios e o fato destes terem se constituído em centros articuladores, polos de referência, para sujeitos reunidos em torno de um interesse comum, funcionando como difusor de informações e análises que ajudem na melhoria daquilo que se monitora.

Após esse panorama podemos dizer que as funções dos observatórios estão associadas a cinco aspectos básicos:

- a) observação de um tema, política ou setor;
- b) ser um espaço de referência e articulação;
- c) construção de metodologias para gerar informações;
- d) fomento ao debate e à reflexão a partir do que foi gerado;
- e) intervenção social de modo qualificado e organizado.



Observatórios: exemplificando

Vamos buscar nesse momento ilustrar o que foi dito. O objetivo não é falar de modelos a serem copiados, mas de experiências bem-sucedidas e muito diferentes entre si que podem contribuir com a criação de estratégias para o PEA Observação. Também não é objetivo trazer a descrição das experiências com as quais o projeto já teve contato. Nossa intenção é apresentar outros formatos e iniciativas de observatórios, enriquecendo as possibilidades de atuação.

RECORDANDO...

No dia 25/07/2015 os observatórios fizeram uma atividade com representantes dos Observatórios de Favela e Quilombola, dialogando com essas experiências. Para maiores informações sobre esses dois Observatórios, acesse os seguintes sites:

<http://www.observatoriodefavelas.org.br/> e <http://www.koinonia.org.br/oq/>

Falaremos primeiro de dois observatórios antigos e de grande reconhecimento na sociedade, que contribuíram para a definição dos formatos de observatórios sociais e de comunicação, e depois falaremos um pouco de uma experiência de observatório no licenciamento, que ocorre no nordeste brasileiro. Traremos em seguida um quarto formato de observatório, voltado para a criação de um banco de dados sobre pré-sal e, por fim, a descrição e o depoimento da coordenadora de um projeto de organização popular, monitoramento e intervenção social, em formato de observatório (sem ter esse nome) e executado em área de grande empreendimento da indústria petrolífera.

Aqui faremos uma breve apresentação, sendo importante que as pessoas entrem nos sites para conhecerem melhor tais experiências, observando similaridades, diferenças, estratégias inovadoras e alcance dos objetivos anunciados.

➤ *Rede Observatório Social do Brasil: www.osbrasil.org.br*



A Rede Observatório Social do Brasil (OSB) de Controle Social está voltada ao exercício da cidadania no controle fiscal. Acompanha contas públicas e ensina aos interessados aspectos contábeis que ajudam na fiscalização dos usos orçamentários. Se desenvolveu a partir de 2005, buscando se firmar como protagonista da luta por transparência nas ações governamentais e pela qualidade na aplicação dos recursos públicos. A experiência teve início no município paranaense de Maringá, a partir da Sociedade Eticamente Responsável – S.E.R. Maringá, que, motivada por escândalo de corrupção na cidade, criou o Observatório Social de Maringá (OSM), como ferramenta de controle social, fomento à cidadania e participação popular.

A iniciativa proliferou em vários estados brasileiros, com grupos que repetiram o modelo de organização do OSM, dando origem à Rede OSB de Controle Social, que conta atualmente com dezenas de observatórios. Com finalidades voltadas à fiscalização, é formada por representantes de vários setores sociais (empresários, estudantes, professores, sindicatos, representações de classe etc.) que nem sempre possuem interesses similares. A convivência se dá, portanto, por meio do uso de metodologias científicas de monitoramento dos gastos públicos e divulgação dos resultados, permitindo que a sociedade se aproprie dessas informações na defesa de seus interesses.

Os observatórios sociais da Rede OSB, para além desse papel de difusão e sistematização, atuam informando as autoridades governamentais quando identificam algum problema e se necessário recorrendo aos órgãos de fiscalização - Tribunais de Contas, Câmaras Municipais e Ministério Público. Desse modo, sua ação pode mobilizar e influenciar agentes sociais variados e acionar mecanismos jurídicos quando necessário, gerando efeitos mais amplos sobre a cidadania e a democracia.

➤ *Observatório da Imprensa: www.observatoriodaimprensa.com.br*



Foi o primeiro observatório dos meios de comunicação que se utilizou da internet para atuar na sociedade. Seu projeto original nasceu na Universidade de Campinas em 1996, com perfil estritamente acadêmico, tornando-se uma organização própria, ainda que ligada a esta universidade, em 2001. O Observatório se define como “entidade civil, não-governamental, não-corporativa e não-partidária que pretende acompanhar, junto com outras organizações da sociedade civil, o desempenho da mídia brasileira”. Para cumprir com sua finalidade de monitorar e analisar criticamente a mídia nacional, funciona principalmente de modo virtual e como um fórum permanente que reúne diferentes sujeitos interessados na discussão sobre os veículos de comunicação. Suas ações envolvem a circulação e difusão de artigos, comentários, análises, queixas, denúncias, e a realização de eventos e cursos de formação que contribuam para o desenvolvimento da capacidade de análise crítica e independente do modo como a grande mídia funciona e o que ela informa.

Cabe destacar que, além de usarem o sítio eletrônico por meio de diversas ferramentas aí disponibilizadas, o observatório conseguiu estruturar programas regulares em TVs educativas e rádios em todo o país, estando todos os programas disponibilizados desde 1996!!

➤ *Observatório Social dos Royalties de Pirambu:*

<http://www.observatoriosocialdosroyalties.com/#!projeto/c14e3>



Esse observatório, localizado no município de Pirambu/SE, constitui-se em um dos projetos que compõem o Programa de Educação Ambiental com Comunidades Costeiras (PEAC), realizado na Bacia de Sergipe-Alagoas. Tal programa, é uma condicionante do licenciamento ambiental federal, de responsabilidade da CGPEG/Ibama, e se desenvolve sob as premissas da educação ambiental crítica desde 2007. Os projetos estão inseridos na Linha de Ação A da NT n. 01/2010 – CGPEG/Ibama, voltados, portanto, à organização social, à formação política das marisqueiras e dos pescadores artesanais do litoral sergipano (e dois municípios baianos e alagoanos) e ao controle social das medidas compensatórias da indústria de petróleo. No processo contínuo de avaliação, instituído ao longo desses anos, verificou-se que era preciso aprofundar o controle popular sobre o uso governamental dos royalties, o que motivou a equipe a criar um observatório social dos royalties.

Como o PEAC não é um programa exclusivo de observatório, e diante da necessidade de se atender a outras demandas, foi preciso selecionar inicialmente um município. A escolha do município de Pirambu se deu após pesquisa feita em que se verificou que este era o município da área de abrangência que se encontrava em situação de dependência crescente em relação aos recursos oriundos dos royalties, justificando a escolha. Assim, em final de 2013 o projeto foi elaborado e aprovado para execução em 2014, objetivando contribuir para o conhecimento da população municipal sobre a distribuição dos recursos dos royalties e discutir publicamente a necessidade do controle social sobre o uso e aplicação de tais recursos.

Para não cair no equívoco pedagógico de ser um projeto sem sujeito determinado, em sua primeira fase, a equipe técnica fez reuniões ampliadas em povoados e comunidades, consolidando um grupo coordenador formado por 15 lideranças comunitárias e de movimentos sociais, que atendem aos critérios de grupos vulneráveis adotados pelo Ibama. Este grupo, desde então, estuda sistematicamente sobre os temas royalties, Estado e políticas públicas, planeja e executa eventos em

praça pública e em espaços populares, dissemina vídeos, vídeos-carta e folhetos com informações e análises sobre políticas municipais e promove audiências e reuniões com o poder público. Além disso, esse grupo promove a articulação com outros sujeitos afinados com os ideais do observatório, que podem participar de reuniões ampliadas e contribuir na execução das ações coletivamente concebidas e planejadas.

- **Observatório do Pré-Sal e da Indústria Extrativa Mineral:**
<http://www.observatoriodopresal.com.br/>



É uma iniciativa de algumas organizações da sociedade civil nacionais e internacionais para a formação de uma rede e de um banco de dados que ajudem a conhecer e a entender o licenciamento ambiental federal, as licenças fornecidas e os impactos gerados pela produção extrativista a partir do pré-sal.

É um observatório que procura contribuir para o debate entre os interessados, qualificando-o ao disponibilizar informações estratégicas e relevantes sobre o tema. Não tem atuação direta, sendo exclusivamente um espaço articulador e informativo, facilitando o acesso a informações que ajudam no posicionamento de diferentes agentes sociais envolvidos com a extração mineral.

- **Incid - Indicadores de Cidadania:** <http://incid.org.br/>

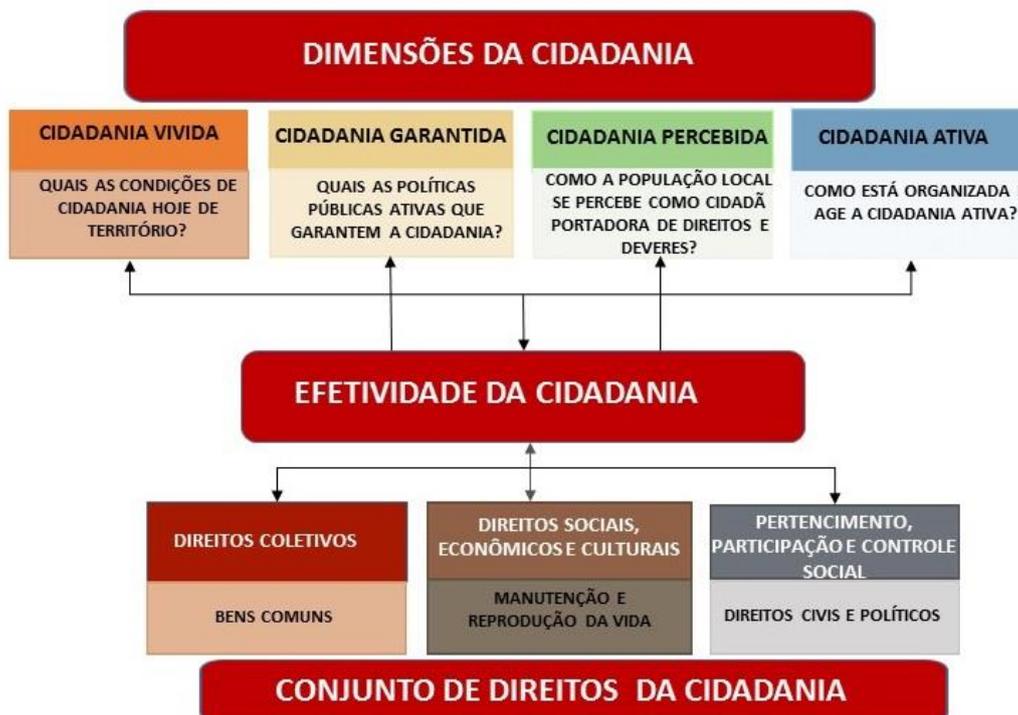


É um projeto altamente complexo, que se originou com a constatação dos impactos gerados pela instalação do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro – COMPERJ

nos 14 municípios que integram sua área de abrangência. Não é uma condicionante de licença, mas resulta das negociações entre a empresa responsável pelo empreendimento e o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas – Ibase, responsável pela condução técnica do Incid. Com uma equipe formada por pesquisadores, consultores especialistas e articuladores locais, as transformações ocorridas no território são monitoradas por meio de um conjunto de indicadores que expressam as diferentes dimensões e direitos da cidadania, possibilitando identificar as melhorias ocorridas e as violações de direitos existentes.

Os resultados produzidos são divulgados virtualmente, em publicações e principalmente por intermédio de vários tipos de reuniões, eventos e formas de diálogo com a população local, que passa a conhecer melhor sua realidade de vida e se mobiliza para reivindicar direitos e políticas públicas.

Os indicadores buscam mostrar a efetividade da cidadania e estão organizados em torno das dimensões e direitos da cidadania como se mostram na figura abaixo.



Como já foi dito, o Incid não se denomina por observatório da cidadania, mas indiscutivelmente possui um perfil de atuação estruturado como observatório, cujo modo de operar, monitorar, divulgar e interagir com os cidadãos são merecedores de atenção por parte de todos os integrantes do PEA Observação.



DEPOIMENTO

Para finalizar essa parte transcrevemos alguns pequenos trechos de uma entrevista feita com uma das coordenadoras do Ibase sobre o Incid.

Reparem quanto é um exemplo que ajuda a pensar os observatórios.

“O projeto indicadores de cidadania, na real, começa como uma construção de um conjunto de indicadores, de ferramentas, para monitorar a efetividade da cidadania em um território impactado por algum empreendimento. [...]

Essa questão do monitoramento, na realidade a gente não se denomina um observatório da cidadania, na realidade a gente leva adiante o monitoramento da efetividade da cidadania. É dessa forma que as pessoas se compreendem. Só que isso aí é muito dinâmico e que vem mudando. Existe uma intenção de realizar melhor o controle social sobre as políticas públicas e ao mesmo tempo mobilizar e fortalecer a cidadania ativa dos territórios. [...]

Nesse momento de saída do Ibase do território existia uma preocupação do Ibase e de toda a rede que se formou no território com a preparação da saída... existia uma preocupação para que o Incid continuasse a existir através das redes locais que se constituíram. Hoje existe um Fórum da Cidadania Ativa que engloba os 14 municípios e em cada município foi construído uma rede... claro que hoje tem umas redes mais amadurecidas que outras e que estão funcionando de forma bastante autônoma, outras com menor potência, mas que estão no caminho. Cada município foi construindo através da rede o que chamamos de “Incidinho”, que é o olhar específico para o município. Hoje as redes locais localizam alguns direitos que estão violados e monitoram... além dos indicadores, foi construído alguns mapas de cidadania... esses mapas acompanhamo os cadernos locais e são fruto de várias oficinas e capacitações locais. [...]

Nós temos também o banco de dados, que é uma outra ferramenta importante, que já tem 1650, mais ou menos, espaços e ações da cidadania ativa mapeados, com todas as informações de onde fica, pessoas de referência, endereço etc. Essa é uma ferramenta para pesquisa e para a luta dos movimentos que é muito importante e que tem sido muito acionada. [...]

O Incid começa a ter um protagonismo nos municípios e ser conhecido por seus indicadores. Eles estão sendo bem procurados como uma rede da sociedade civil que se torna protagonista pelo poder de argumentação e de evidências com os dados em forma de indicadores. [...]”.

COMUNICAÇÃO POPULAR: O SUJEITO DA HISTÓRIA

A Comunicação Popular não é uma simples ferramenta de comunicação e sim uma ferramenta que deve contribuir para a construção da cidadania na comunidade. Isto não se faz apenas aplicando as ferramentas de comunicação popular, como, fanzine, jornal mural, blog, audiovisual, rádio e web rádio, entre outras. Mas sim trazendo a comunidade para o olho da discussão, onde os grupos de povos tradicionais deixam de ser objetos para serem sujeitos da ação, construindo suas próprias narrativas.

Isto posto, podemos observar que, como ferramenta, a Comunicação Popular é a expressão das lutas populares por melhores condições de vida. Onde cada povo tradicional pode usar canais de comunicação para que a narrativa seja amplificada, sem depender de canais alheios para a divulgação de suas lutas.

Empoderada das ferramentas a comunidade pode exprimir suas ideias sem o crivo de algo e/ou alguém de fora da sua realidade, de seu cotidiano, de sua rotina e, principalmente, de sua pauta. Isto é o exercício prático da democracia.

Assim, a Comunicação Popular contribui também para valorizar a cultura e a identidade dos povos tradicionais e denunciar as tentativas de criminalização e marginalização destas mesmas comunidades e dos pobres, se apresentando como voz contrária aos monopólios da grande mídia comercial. É a comunicação realizada pela comunidade, para a comunidade.



Mediando com a Comunicação Popular

Uma das grandes dúvidas do trabalho com a Comunicação Popular é de que forma ela pode se aplicar no Licenciamento Ambiental, uma vez que é um ambiente que possui seus limites e suas especificidades. E é neste espaço que a ferramenta demonstra toda a sua possibilidade de ser mediadora de grupos totalmente diferentes, onde o diálogo e a participação são ações chave para que se alcancem os múltiplos objetivos transversais à comunicação popular e ao Licenciamento Ambiental.

Se por um lado, muitas vezes o campo de sua atuação pode apresentar limites, por outro a Comunicação Popular é libertadora e tem a liberdade como espinha dorsal da sua ação. E onde, a princípio, existiriam incompatibilidades, é justamente neste gargalo que se encontra o caminho do trabalhar junto, “PARA”, “PELA”, “DA” e “COM”.



Respeitando estes limites é possível realizar a Comunicação Popular como construtora de conhecimento também. Ao invés do foco ser apenas no domínio técnico das ferramentas pelas pessoas, o que seria subutilizar suas potencialidades, o ideal é possibilitar a oportunidade de aprendizado não só pelos conteúdos das mensagens divulgadas mas também pelo envolvimento direto na sua produção e difusão. Não se pode negar a importância da difusão de conteúdos educativos, mas não é só por meio deles que se sensibiliza.

As ferramentas não podem de forma alguma ser o fim, e sim o meio, e isso tem que ficar bastante claro para quem participa do processo.

Muito além do território

Com a crescente democratização da tecnologia, e cada vez mais pessoas utilizando a internet, a Comunicação Popular é levada para um outro patamar, deixa de ser local e passa a ser difundida mundialmente.

São muitos os exemplos de indivíduos, coletivos ou grupos sociais que se apropriam de ferramentas, como redes sociais e aplicativos de comunicação, dando a eles uma intencionalidade. Viralizando e amplificando informações e notícias que costumavam ficar restritas aos critérios e interesses das linhas editoriais dos grandes meios de comunicação comerciais.

Conseqüentemente, também começam a ser elaboradas determinadas políticas e tentativas das empresas de se fechar e controlar cada vez mais o uso e livre fluxo de informações em meio virtual, internet e comunicação móvel. É o temor de que formas de comunicação autônomas e independentes se multipliquem, relatando os fatos com um olhar de quem realmente vivencia aquela realidade.



Essa difusão ajuda a construir um olhar mais amplo sobre os conflitos e realidades, que muitos vivem e sofrem em contextos e territórios diferentes, mas que muitas vezes podem ter motivos e origens semelhantes. Tudo isso reforça o ideário de que a solidariedade e o apoio mútuo entre a maioria da população, que sofre os impactos e as desigualdades sociais, deve ultrapassar as fronteiras e os territórios.

Nesse sentido, quem busca utilizar ferramentas de comunicação com um caráter popular e comunitário deve estar atento e procurar se atualizar nas diversas possibilidades que se apresentam atualmente. São novas ferramentas e serviços que avançam e se tornam cada vez mais disponíveis, e que podem ser aplicadas a serviço de inúmeras demandas sociais. É possível identificar nesse universo não apenas ferramentas como os correios eletrônicos e sites, como também as redes sociais, os canais de postagens de vídeos, os microblogs, as hashtags que podem ser usadas para reunir determinados tipos de informação em redes sociais e microblogs, os sites de compartilhamento de imagens, as ferramentas de mensagens instantâneas em celulares, ferramentas de apresentação de slides e edição de imagens online, ferramentas de transmissão ao vivo de registros de áudio e vídeo feitos pelo celular, entre uma infinidade de outras ferramentas. E destaca-se também outro elemento que é importante para grupos sociais, a economia de recursos como estratégia para potencializar ações de comunicação, uma vez que muitas destas ferramentas são acessíveis e gratuitas.

É importante reforçar que toda ferramenta de Comunicação Popular só faz sentido e é eficaz se for consequência de um processo de organização social, por mais inicial que seja. Se for dotada de autonomia na sua elaboração, e se tiver os povos e grupos tradicionais mais vulneráveis como protagonistas, discutindo e decidindo sobre os rumos da condução de seus processos.

Alguns Coletivos e Projetos em Comunicação Popular

Aqui apresentamos alguns coletivos e projetos que trabalham com Comunicação Popular para demonstrarmos o quão diverso e dinâmico é este meio.

➤ *Coletivo Papo Reto*

<https://100ko.wordpress.com/>



O Papo Reto é um coletivo de comunicação independente composto por jovens moradores dos Complexos do Alemão e da Penha, no Rio de Janeiro. Tem como foco propagar notícias dentro do morro: eventos, protestos, reivindicações... E também atua como um canal que mostra a realidade da Favela pela ótica da comunidade.

➤ *Rádio Yandê*

<http://radioyande.com/>



A Rádio Yandê é educativa e cultural. Tem como objetivo a difusão da cultura indígena através da ótica tradicional, mas agregando a velocidade e o alcance da tecnologia e da internet. A necessidade de incentivar novos "correspondentes indígenas" no Brasil,

faz com que possam construir uma comunicação colaborativa muito mais forte, isso comparada as mídias tradicionais de Rádio e TV.

➤ **Terral**

<http://radioyande.com/>



O Terral é um coletivo de comunicação popular de Recife/Pernambuco que compreende a comunicação como um direito humano indissociável dos outros direitos.

Projeto de Educação Ambiental do Campo de Polvo/ PEA-CP



A realização do Projeto de Educação Ambiental do Campo de Polvo é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.



ANOTAÇÕES



ANOTAÇÕES



ANOTAÇÕES



ANOTAÇÕES

